



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: **40 min.**



Escala de 0 a 5

CURSO/PERÍODO

DIREITO: 1º PERÍODO - DATA: 15/04/2024

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D

“Quando existe determinação, os sonhos se tornam visões do futuro”.



Disciplina: Direito Penal - Parte Geral I
Professor: Dr. Eliel Ribeiro Carvalho

Questão 01

Analise as assertivas e em seguida marque a alternativa correta:

- I. O princípio da anterioridade da lei penal, unido ao princípio da legalidade, compõem os princípios da reserva legal, ou seja, nenhuma pena poderá ser aplicada se não houver sanção pré-existente e correspondente ao fato.
- II. O Direito Penal é o ramo do direito público que trata do estudo das normas que ligam o crime à pena, ou, o conjunto de leis que tem por finalidade tutelar bens jurídicos, cuja violação denomina-se crime e importa uma coerção jurídica.
- III. O Código Penal é dividido e duas partes: Parte Geral e Parte Especial.
- a) Somente a assertiva I está correta.
b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 02

“Nenhuma pessoa deverá ser punida pelo crime de outra pessoa, sendo a única responsável pelo crime, a pessoa que o praticou.” O texto está referindo a qual dos princípios do direito penal?

- a) Princípio da personalidade ou da responsabilidade pessoal
b) Princípio da humanidade.
c) Princípio da culpabilidade.
d) Princípio do Estado de Inocência.

Questão 03

O descumprimento da Lei Penal acarreta a imposição de pena ou de medida de segurança, tornando obrigatório o seu respeito.

No tocante às características da Lei Penal, o texto está referindo a:

- a) Exclusividade.
b) Impessoalidade.
c) Imperatividade.
d) Generalidade.

Questão 04

Macabeu, morador próximo a fronteira que divide o Brasil do Paraguai, efetua disparos de arma de fogo contra Malageu, em solo brasileiro, com a intenção de mata-lo. A vítima consegue fugir e morre depois de atravessar a fronteira com o Paraguai.

Com base nesse caso hipotético, marque a alternativa correta:

- a) Considera-se praticado o crime no Brasil, onde ocorreu a ação, tendo em vista que o Brasil adotou a teoria da atividade, quanto ao lugar do crime.
b) Considera-se praticado o crime no Paraguai, onde ocorreu o resultado, tendo em vista que o Brasil adotou a teoria do resultado, quanto ao lugar do crime.
c) Considera-se praticado o crime tanto no Brasil quanto no Paraguai, tendo em vista que o Brasil adotou a teoria da ubiquidade, quanto ao lugar do crime.
d) Nenhuma das alternativas acima estão corretas.

Disciplina: Direito Civil – Parte Geral I
Professor: Esp. Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 05

De acordo com o disposto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, "salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada". O lapso temporal entre a publicação e o começo da vigência da lei é denominado:

- a) *vacatio constitutiones*.
- b) *reformatio legis*.
- c) *novatio legis*.
- d) *vacatio legis*.

Questão 06

Carla faleceu casada com Jorge, mas sem filhos ou ascendentes. Legou, por testamento, determinados bens para sobrinhos. Após seu falecimento, certa pessoa criou um perfil falso com fotos de Carla em uma rede social. Nessa hipótese, a proteção da imagem de Carla pode ser exercida por:

- a) seus herdeiros;
- b) seu Espólio;
- c) Jorge;
- d) seus amigos próximos;

Questão 07

Em relação ao direito ao nome:

- a) embora vigore em nosso ordenamento jurídico atual o princípio da imutabilidade do nome, este pode ser superado em certos casos, mesmo que não previstos expressamente na legislação, em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana, da identidade e da felicidade, adotando-se a técnica da ponderação de interesses.
- b) nos termos dos arts. 56 e 58 da Lei no 6.015/73 (lei de registros públicos), é possível ao titular, no prazo prescricional de um ano após atingir a maioridade civil, requerer ao juiz a mudança de seu prenome, independentemente de motivo justo, mas os apelidos de família não podem ser modificados nesta hipótese.
- c) o enteado ou enteada poderá, havendo motivo ponderável como, por exemplo, a comprovação de uma paternidade socioafetiva, requerer ao juiz competente que seja averbado em seu registro de nascimento o nome de família de seu padrasto ou madrasta, desde que haja concordância destes e dos pais biológicos, o que ocasionará prejuízo a seus apelidos de família originários.
- d) a alteração judicial de prenome de pessoa transexual, que depende da realização prévia de cirurgia de transgenitalização, tem por base o princípio da dignidade da pessoa humana e o art. 55, parágrafo único, da Lei no 6.015/73, que impede o registro de prenomes suscetíveis de expor ao ridículo seus portadores.

Questão 08

A respeito da morte civil, atenção às regras aqui dispostas:

- I. Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- II. Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, desde que as causas que originaram o acidente sejam efetivamente elucidadas, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- III. A existência da pessoa natural termina com a morte.
- IV. Pode ser declarada a morte presumida sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Nesse caso,

somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Estão erradas as regras contidas nos incisos:

- a) III e IV.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) II e IV.

Questão 09

Jonas do Amor nasceu em Campinas. Com quinze anos mudou-se com seus pais para Sorocaba, onde casou com Sophia das Vidas e teve seu primeiro filho. Após dois anos, Jonas mudou-se para Presidente Prudente, onde nasceu seu segundo filho. Cinco anos após, Jonas descobriu que sua esposa estava sendo infiel e a assassinou dentro de sua residência. Pelo homicídio, Jonas foi processado e condenado, e está cumprindo pena na Penitenciária de Presidente Venceslau. Considerando que os pais de Jonas, sua esposa e filhos estão residindo atualmente na cidade de Itu, de acordo com o Código Civil brasileiro, o Domicílio de Jonas será em:

- a) Itu.
- b) Campinas.
- c) Presidente Prudente.
- d) Presidente Venceslau.

Disciplina: Introdução às Ciências Políticas

Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 10

Um dos grandes pontos da filosofia na Idade Média foi o embate entre o poder da Igreja versus o poder da realeza.

As discussões filosóficas do período medieval concentravam o estudo principalmente sobre temas envolvendo:

Escolha uma opção:

- a) () Caridade versus privilégios.
- b) () Deus, Universo e homem.
- c) () Deuses e privilégios.
- d) () Reis divinos.

Questão 11

O pensamento político de Karl Marx destacou-se como revolucionário, principalmente pelo fato de que seu materialismo partia da ideia de que a consciência dos homens e mulheres, sua maneira de atuar e pensar seriam sempre o resultado de condições sociais existentes.

Segundo Marx, a história se baseava na luta entre as classes sociais, quais sejam:

Escolha uma opção:

- a) () Gerentes e trabalhadores.
- b) () Classe alta e classe baixa.
- c) () Reis e clero.
- d) () Burguesia e proletariado.

Questão 12

Para o filósofo Jean-Jacques Rousseau, o que corrompe e aliena o homem é a propriedade privada e a vida em sociedade, as quais, face à hipocrisia e às aparências, fazem com que o homem viva preso.

Segundo a teoria de Rousseau, o homem natural não precisaria unir-se politicamente a outros indivíduos, mas se vê obrigado a unir-se pela(s):

Escolha uma opção:

- a) Leis da sociedade.
- b) Condição humana.
- c) Crenças e dogmas.
- d) Falta de recursos.

Disciplina: Teoria Geral do Direito

Professor: Esp. Nelson Oberlander Reis Júnior

Questão 13

Em relação aos pontos de aproximação entre o Direito e a moral, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Tanto o Direito como a moral são fenômenos culturais, vale dizer, têm a mesma gênese cultural essencialmente humana.
- b) Os valores morais não fornecem, e jamais poderiam fornecer, o conteúdo, sentido e significação das regras jurídicas.
- c) A moral inspira o Direito, desde a sua criação, interpretação, até culminar em seu fim, com sua aplicação ao caso em concreto.
- d) O Direito é uma opção moral, não se podendo permitir que tenha sido criado para praticar injustiças – mas se isto acontecer, somente foi possível perceber justamente porque se afigura uma antítese ao seu escopo maior, qual seja o de trilhar os caminhos da justiça. Questão 02

Questão 14

A doutrina clássica da coação como força legítima do Estado está assentada em três características elementares: heteronomia, bilateralidade e imperatividade atributiva. A par desta afirmação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O termo heteronomia foi cunhado por KANT para explicar a sujeição de um indivíduo à vontade de outro ou de uma coletividade, que se opõe à ideia de autonomia, onde a pessoa exerce, com liberdade, a sua vontade.
- b) A bilateralidade é oriunda das lições de DEL VECCHIO, para quem o Direito oferta determinações bilaterais e concatenadas aos indivíduos: criam uma possibilidade a um sujeito e aos outros impõem uma necessidade.
- c) A imperatividade atributiva é propugnada por LEON PETRAZYCKI, no sentido de que somente o Direito está estruturado para exigir, forçadamente, o cumprimento de uma obrigação prevista no ordenamento jurídico.
- d) A força do Direito é a expressão da vontade ordinariamente do Estado e chancelado pelo Parlamento, daí se afirmar que é legítima, pressupondo a aceitação das normas que refletem a tradição cultural do Soberano ou decorrem da produção legislativa destes mesmos Soberanos, por meio de decretos e éditos.

Questão 15

A pessoa humana, conforme vimos em nossas aulas, tem na convivência social o seu habitat natural. Mas o viver em sociedade exigirá a obediência a uma grande variedade de normas de conduta que, como um complexo e sofisticado mosaico, é composto por pequeninas e diferentes peças que regerão e disciplinarão as várias realidades da vivência humana.

Dentre as opções a seguir, **MARQUE AQUELA QUE NÃO É** uma das principais regras que regem a nossa conduta em sociedade:

- a) Regras de ordem jurídica.
- b) Regras de ordem transcendental.
- c) Regras de ordem moral.
- d) Regras de ordem religiosa.

Disciplina: Direito Constitucional I

Professor: Me. Mário César Martins de Miranda

Questão 16

De acordo com a classificação das constituições, denomina-se dogmática a constituição que

- contém uma parte rígida e outra flexível e sistematiza os dogmas aceitos pelo direito positivo internacional.
- sistematiza os dogmas sedimentados pelos costumes sociais e, também conhecida como costumeira, é modificável por normas de hierarquia infraconstitucional, dada a rápida evolução da sociedade.
- é elaborada, necessariamente, por um órgão com atribuições constituintes e, somente existindo na forma escrita, sistematiza as ideias fundamentais contemporâneas da teoria política e do direito.
- somente pode ser alterada mediante decisão do poder constituinte derivado, sendo também conhecida como histórica.

Questão 17

Carlos pleiteia determinado direito, que fora regulado de forma mais genérica no corpo principal da CRFB/88 e de forma mais específica no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – o ADCT. O problema é que o corpo principal da Constituição da República e o ADCT estabelecem soluções jurídicas diversas, sendo que ambas as normas poderiam incidir na situação concreta.

Carlos, diante do problema, consulta um(a) advogado(a) para saber se a solução do seu caso deve ser regida pela norma genérica oferecida pelo corpo principal da Constituição da República ou pela norma específica oferecida pelo ADCT.

Com base na CRFB/88, assinale a opção que apresenta a proposta correta dada pelo(a) advogado(a).

- Como o corpo principal da CRFB/88 possui hierarquia superior a todas as demais normas do sistema jurídico, deve ser aplicável, afastada a aplicação das normas do ADCT.
- Como o ADCT possui o mesmo status jurídico das demais normas do corpo principal da CRFB/88, a norma específica do ADCT deve ser aplicada no caso concreto.
- Como o ADCT possui hierarquia legal, não pode afastar a solução normativa presente na CRFB/88.
- Como o ADCT possui caráter temporário, não é possível que venha a reger qualquer caso concreto, posto que sua eficácia está exaurida.

Questão 18

Assinale a alternativa correta.

- A mutação Constitucional está ligada à plasticidade de que dotadas certas normas constitucionais, que implica, que sem que se recorra a mecanismo constitucionalmente previsto, na possibilidade de alteração de significado, sem alteração do signo linguístico, condicionada a lastro democrático – demanda social efetiva, – estando, portanto, fundada na soberania popular.
- As Constituições retiram certas decisões fundamentais do âmbito das disposições das maiorias. Todavia não são elas eternas e imutáveis e devem periodicamente serem alteradas pela via formal, cujo processo se manifesta pela denominada mutação Constitucional.
- A mutação Constitucional – fenômeno de adaptação às novas exigências de seu tempo – implica a manutenção da estrutura formal, mas com alteração dos signos linguísticos.
- A mutação Constitucional pela via formal constitui-se em mecanismo adequado de alteração da constituição, sob pena de violação ao princípio democrático.

Questão 19

Chega de ação. Queremos promessas. Assim protestava o grafite, ainda em tinta fresca, inscrito no muro de uma cidade, no coração do mundo ocidental. A espirituosa inversão da lógica natural dá conta de uma das marcas dessa geração: a velocidade da transformação, a profusão de ideias, a multiplicação das novidades. Vivemos a perplexidade e a angústia da aceleração da vida. Os tempos não andam propícios para doutrinas, mas para mensagens de consumo rápido. Para jingles, e não para sinfonias. O direito vive uma grave crise existencial. Não consegue entregar os dois produtos que fizeram sua reputação ao longo dos séculos. De fato, a injustiça passeia pelas ruas com passos firmes e a insegurança é a característica da nossa era.

Na aflição dessa hora, imerso nos acontecimentos, não pode o intérprete beneficiar-se do distanciamento crítico em relação ao fenômeno que lhe cabe analisar. Ao contrário, precisa operar em meio à fumaça e à espuma. Talvez esta seja uma boa explicação para o recurso recorrente aos prefixos pós e neo: pós-modernidade, pós-positivismo, neoliberalismo, neoconstitucionalismo. Sabe-se que veio depois e que tem a pretensão de ser novo. Mas ainda não se sabe bem o que é. Tudo é ainda incerto. Pode ser avanço. Pode ser uma volta ao passado. Pode ser apenas um movimento circular, uma dessas guinadas de 360 graus.

L. R. Barroso. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito. O triunfo tardio do direito constitucional no Brasil. In: Internet: (com adaptações).

Tendo o texto acima como motivação, assinale a opção correta a respeito do constitucionalismo e do neoconstitucionalismo.

- a) O neoconstitucionalismo tem como marco filosófico o pós positivismo, com a centralidade dos direitos fundamentais, no entanto, não permite uma aproximação entre direito e ética.
- b) A democracia, como vontade da maioria, é essencial na moderna teoria constitucional, de forma que as decisões judiciais devem ter o respaldo da maioria da população, sem o qual não possuem legitimidade.
- c) No neoconstitucionalismo, a Constituição é vista como um documento essencialmente político, um convite à atuação dos poderes públicos, ressaltando que a concretização de suas propostas fica condicionada à liberdade de conformação do legislador ou à discricionariedade do administrador.
- d) O constitucionalismo pode ser definido como uma teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade. Nesse sentido, o constitucionalismo moderno representa uma técnica de limitação do poder com fins garantísticos.

Questão 20

Sobre a mutação constitucional, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de fenômeno de alteração da Constituição sem que se tenha alterado seu texto.
- b) É o fenômeno de modificação da Constituição promovido pelas emendas à Constituição.
- c) É o fenômeno ocorrido quando uma nova ordem constitucional substitui uma Constituição.
- d) É a incorporação de norma infraconstitucional no rol das normas constitucionais mediante de decisões específicas do STF.

~~~~~

**“Quando existe determinação, os sonhos se tornam visões do futuro”.**